

**DESIS no RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.670 - RS (2018/0340650-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : CARLOS HENRIQUE DA GAMA HOMRICH**  
**ADVOGADO : MURILO JOSÉ BORGONOVO - RS088683**

**DECISÃO**

O Instituto Nacional do Seguro Social, por intermédio da petição protocolizada no STJ, em 4/2/2019, manifesta a sua desistência parcial do recurso especial, relativamente ao tema da adequação do benefício aos tetos constitucionais, com base no art. 9º da Portaria n. 488, de 27/7/2018, publicada no DJe de 28/7/2018.

Conforme disposto no art. 998 do CPC/2015, o ato de desistência do recurso pode se dar a qualquer tempo e sem a anuência da parte *ex adversa*, inexistindo, na espécie, óbice para a sua homologação.

Outrossim, relativamente ao tema recursal remanescente, o Superior Tribunal de Justiça, nos autos dos REsps 1.761.874/SC, 1.766.553/SC e 1.751.667/RS, todos de Relatoria da Ministra Assusete Magalhães, por intermédio de votação eletrônica realizada pela Primeira Seção, em 18/12/2018, submeteu ao rito do recurso especial repetitivo a tese da fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de valores reconhecidos judicialmente, em ação individual, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em ação civil pública.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os processos que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo do STJ e os recursos já interpostos sobrestados perante o Tribunal de origem, consoante artigo 1.037 do CPC/2015.

Posteriormente, tais recursos devem ser apreciados na forma prevista nos artigos 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no art. 34, IX, do RISTJ, homologo a desistência parcial do recurso especial. E, no tocante ao tema remanescente, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com baixa da distribuição, para que, após publicados os acórdãos relativos aos recursos representativos da controvérsia, o recurso especial: 1) tenha seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça ou 2) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça, observados os artigos 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator